

***“Os inteligentes, quando falarem de nós venham nos conhecer”*: Da neutralidade axiológica à colonialidade nos discursos acadêmicos e midiáticos sobre as vítimas da Braskem em Maceió-AL¹**

Rosa Lucia Lima da Silva CORREIA²
Universidade Federal de Alagoas, Maceió-AL
Rosiane Ferreira Martins³
Universidade Federal de Alagoas, Maceió-AL

Resumo

Discute-se aqui os discursos científicos e midiáticos sobre os moradores do Bom Parto, bairro de periferia atingido pela mineração da Braskem em Maceió, que negligenciam em suas narrativas os aspectos históricos que marcam suas vidas: a raça e a renda. O texto é resultado de uma pesquisa bibliográfica fundamentada principalmente em autores que tratam sobre distinção social e neutralidade científica, apresentando o racismo e a colonialidade como elementos das comunicações, sejam da Academia ou da Mídia, voltadas para as tragédias sociais.

Palavras-chave

Neutralidade Científica; Racismo Ambiental; Colonialidade; Crime da Braskem; Mineração.

Venham conhecer e ver como vivem o povo do Bom Parto

O lançamento do livro Colapso Mineral em Maceió: o desastre da Braskem e o apagamento das violações, ocorrido em 5 de março de 2024, foi uma noite atípica no Bairro do Bom Parto, periferia de Maceió, comunidade lagunar atingida direta e objetivamente pelo crime ambiental da Braskem há 7 anos - uma das poucas sobrevivendo em situação de risco social, colapso de suas estruturas físicas e completa vulnerabilidade⁴.

Participei do lançamento do livro. Fui uma das autoras, uma das primeiras pesquisadoras procuradas pelo Comitê Nacional Frente à Mineração dos Territórios para fazer parte da publicação. O objetivo da obra é apresentar aspectos variados da maior tragédia ambiental em curso no mundo em solo urbano. À época, fim de 2022, 5 anos após o início da subsidência do solo, quando começamos as reuniões sobre o roteiro do

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação Antirracista e Pensamento Afrodiaspórico do XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professora do Curso de Relações Públicas e vice-coordenadora do Neabi-UFAL, e-mail: rosa.correia@ichca.ufal.br

³ Professora do Curso de Ciências Sociais, integrante do Neabi-Ufal, email: martins.rosiane@gmail.com.

⁴ As casas dos residentes deste bairro mesmo apresentando fissuras e rachaduras, tal como as casas dos moradores do Pinheiro, Bebedouro e parte do Farol, bairros de classe média de Maceió, não foram indenizadas ou entraram no mapa de risco da Defesa Civil – situação ainda em discussão na justiça até o momento deste texto.

livro, as questões a serem exploradas, a necessidade de aproximação das comunidades, das diversas vítimas, não havia ainda publicações que acusassem abertamente a Braskem de promover o desastre socioambiental, de ser uma empresa criminosa, então focamos em discutir e apresentar elementos que demonstrassem essa situação.

Seu Fernando Lima, uma das lideranças do bairro do Bom Parto, em seu discurso na abertura do evento - que ocorreu num ponto da avenida General Hermes, à luz de um poste, um dos poucos ainda luminescentes da localidade, numa noite quente destes novos tempos de efeito estufa – pronunciou em tom contundente:

As universidades, os catedráticos, os inteligentes quando falarem de nós venham nos conhecer, venham sentir um pouquinho de cada choro, de cada pedaço de noite que a gente não dorme, porque é muito fácil romantizar a tragédia dos outros. Então quando escreverem sobre nós procurem saber como é o nome de cada um desses, porque já passamos por alguns lançamentos que sequer estávamos presentes, e estavam falando sobre nós. Isso é um desabafo para uma classe que simplesmente, graças a Deus, não sabe o que é essa parte daqui.

A classe a que seu Fernando se referiu, apontando o dedo enquanto falava, e para a qual desabafava, era a minha, a classe média, o grupo socioeconômico do pequenino grupo de pesquisadores ali. O que ele fez não foi um desabafo, foi uma fala bravia, uma crítica em proeminência fina, sobre o que a Academia tem o costume de fazer: se apossar das vivências alheias, produzindo valores científicos (e culturais) sobre elas, que dão notoriedade aos seus pesquisadores e que classificam e reduzem as pessoas com as quais interage a informantes, objetos ou sujeitos de estudo.

O líder comunitário, mesmo sem o saber talvez, porém consciente de seu lugar político na produção do seu cotidiano e de suas ações, se posicionou epistemologicamente contra a herança de Durkheim: da objetividade absoluta, da ciência neutra. O fato é que, diante dele e de outras pessoas da comunidade, um grupamento social encravado na periferia de Maceió, às margens da Lagoa Mundaú, na beira do buraco que a Braskem abriu na década de 70, estávamos nós professores, doutores e demais acadêmicos, - os “inteligentes” que irônica e sabiamente enunciou seu Fernando - apresentando nosso parecer sobre essa questão, um punhado de folhas em papel brilhoso e macio, com cheiro de novo, recém saído da gráfica, tratando sobre a tragédia ao qual não estávamos vivendo e sentindo, pelo menos não como ele.

Na concepção do líder comunitário, o livro ou as palavras dos seus autores são representações que não falam dos homens e mulheres reais ali reunidos, são, na verdade, produtos das ideias, representações das consciências ligadas a uma atividade e a uma vida que nada tinha a ver ou se assemelhava a sua, de forma que lhe parecia que estávamos a revelar nossa imaginação, pensamentos, abstrações e valores sobre uma comunidade e indivíduos que não conhecíamos, situação que poderia até produzir conhecimentos científicos e artísticos inautênticos e valorativos, como bem critica o marxismo (Viana, 2007).

A exceção do grupo de autores do livro são duas pesquisadoras que foram moradoras do bairro do Pinheiro, localidade de classe média e alta também atingida pela mineração. Porém, exatamente por isso, pela diferença de classe entre os moradores deste bairro que ambas residiam e o bairro em que estávamos fazendo o lançamento, e por todas as características que essa distinção bourdiesiana encerra, é impossível sociologicamente afirmar que as duas autoras são realmente exceção e estavam, tal qual os moradores do Bom Parto, vivenciando a mesma situação (Bourdieu, 2007).

Isso é bem improvável, na verdade, já que as injustiças e danos ambientais, os custos do desenvolvimento, afetam direta e negativamente desde sempre a qualidade de vida e a segurança social de grupos sociais minoritários ou marginalizados, como as dos moradores da periferia e da orla lagunar de Maceió, marcados por condições históricas de existência ligadas a raça e renda, indissociáveis onde há menor investimento em infraestrutura e acesso aos bens públicos, como no bairro do Bom Parto e outros da orla lagunar maceionse (Paula, 2019).

Ao final da sua exposição seu Fernando fez um elogio a uma das autoras, chamando-a pelo nome, mencionou que ela “já era conhecida na rua”. Suas visitas cotidianas ao lugar a fez “conhecer a realidade”. Essas palavras revelavam não somente o possível comprometimento dela com a comunidade, mas também era um sinal da confiança que ela havia conquistado, até mais que isso, visto o abraço que recebeu: era o reconhecimento da sua humanidade enquanto cientista⁵, característica negada aos demais pesquisadores, visto que os moradores nem sabiam o nome dos visitantes. Porém, o líder

⁵ Essa humanidade é uma questão recorrente nas discussões científicas desde Durkheim, visto que trata não apenas da conduta do pesquisador, mas também da sistematização e da objetividade do conhecimento. Ou seja, a validade científica está na preocupação com a demonstração objetiva dos fenômenos sociais. (Bijagó, 2021).

comunitário agradeceu a escolha do local e a realização do evento, afirmando ser um momento para que todos “conhecessem e vissem como vivem o povo do Bom Parto”.

A insônia e o choro do povo do Bom Parto que os discursos não dão conta

E um a um, todos, moradores e pesquisadores, foram se revezando no microfone. Falávamos não mais sobre pesquisas e dados, mas de como os moradores de Maceió estavam perdendo parte de seu lugar, suas histórias e memórias. Parecia haver uma necessidade de equalizar as falas ou de romper com os automatismos verbais a procura de um discurso espontâneo, que dissipasse as práticas que classificam as distinções, como se quiséssemos nos desculpar pelo pouco ou nenhum emprego da pesquisa empírica, realmente reconhecendo que as produções ali eram frutos de escolhas individuais, de classe, de gosto, e não frutos decorrentes do acaso (Bourdieu, 2007).

Além de seu Fernando, outros moradores deram seus depoimentos na grande roda de conversa que se fez ali no meio da rua. Eles apresentaram poesias, cantaram repentes – estávamos justamente em frente à associação dos violeiros e trovadores de Alagoas, fundada em 1979 – e apontaram a importância e a contribuição da Universidade para a divulgação do crime da Braskem, mas principalmente para a visibilização, sensibilização e mobilização contra as injustiças que têm se perpetrado contra a população afetada pela mineração.

Cada morador recebeu um exemplar impresso do livro e ao comando do Prof. Luiz Wanderley, representante do Comitê Nacional Frente à Mineração dos Territórios, todos gritaram “fora Braskem!”, empunhando o livro sobre suas cabeças. Era o momento da foto, mas era também o momento do agradecimento simbólico, o (re)conhecimento daqueles que partilham um aprendizado, não como expectadores ou audiência, mas como interlocutores, num encontro entre pares, entre quem recebe e retribui, ou seja, uma troca. A troca a que me refiro é a de sentido proustiano, que não tem um sentido econômico ou social, mas que se configura como uma das expressões das relações humanas, incluindo interações sociais e trocas afetivas, uma forma de comunicação espontânea; uma experiência que, por alguns momentos, parece promover uma libertação das contingências cotidianas e das distinções que hierarquizam e classificam as pessoas e suas práticas culturais.

Aquele momento, de todo modo, tocava num ponto nodal da relação entre Universidade e Sociedade: o afastamento e a objetificação das populações pobres ou de

periferia. Dito de uma outra maneira, tratava-se da arrogância das mulheres e homens da ciência, que num movimento *top-down* com aqueles que toma como o outro, como o objeto do seu olhar, produzem discursos sobre esse outro dentro de uma pretensa neutralidade axiológica, lembrando Weber (1992), desejando, dessa forma, que esse olhar produza saberes válidos devido exclusivamente às próprias razões intrínsecas à ciência e à razão.

Esse é o mesmo princípio que atua na mídia, nas informações que circulam sobre o crime da Braskem, na produção discursiva da grande mídia sobre as vítimas de crimes, quais sejam eles, quando são de periferia, pobres e negras, visto que não contextualizam os aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais que envolvem a situação em questão, assim como também não citam, muitas das vezes, a fragilidade ou vulnerabilidade historicamente vivenciada por essas populações.

A Comunicação enquanto campo de estudo amplo - que engloba a produção, transmissão e recepção de mensagens em diferentes contextos - e enquanto mídia - meios utilizados para disseminar as mensagens dos seus donos e de quem paga pela veiculação das mensagens - tem em si as marcas e “elementos constitutivos e específicos do padrão mundial de poder capitalista, e se fundamenta na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo (...) Esse poder opera em cada um dos planos, âmbitos e dimensões materiais e subjetivas, da existência social cotidiana e da escala social” (Meira; Miranda, 2024, p. 2).

O que quero dizer é que os discursos acadêmicos e midiáticos que não consideram tratar sobre “o significado do significado que são criados a partir dos seus estudos” constituem uma determinada visão de mundo que representa a clássica pretensão racionalista de objetividade absoluta, como diz Bijagó (2021, p.66). No entanto, quando os cientistas e comunicadores em geral assumem as suas tendências, ou seja, como as maneiras pelas quais seu mundo e estilo de vida influenciam suas análises e narrativas, verifica-se aí a objetividade relativa, que deixa claro as limitações das observações e a impossibilidade de uma neutralidade da ciência (Bourdieu, 2007).

A objetificação também vem do fato de que, em certos campos do saber ou tipos de mídia (em especial a hegemônica), as pessoas com as quais interage o cientista ou o comunicador, com as quais ele promove o choque cultural, são tratadas como simples objetos de estudo ou o personagem principal da cobertura midiática, seja pelas ações que

realiza, são aqueles que não podem falar sobre o que falam e fazem, por isso viram coisas ou peças da percepção alheia. É ele, portanto, que irá elucidar ou explicitar a existência desses personagens ou objetos de estudo através da linguagem acadêmica ou midiática, incluindo aí dos dispositivos de racialidade na construção do outro. O contrário disso, a objetividade relativa, toma os enunciadores, os donos das falas e das ações pesquisadas, por seus interlocutores, pares dialógicos, como no momento do lançamento do livro no bairro do Bom Parto.

Então quando seu Fernando pediu tão insistentemente para que cada “catedrático” vá sentir um pouco do choro e da insônia, conhecer os nomes das pessoas ali, na verdade, está pedindo para que pessoas como eu, com a insígnia da ciência, especificamente da Ciência da Comunicação, tente dar conta de interpretar as vidas no Bom Parto, a existência complexa de pessoas pobres, que ainda estão em suas casas, prestes a caírem na cova aberta pela Braskem. É um pedido para que não se discrieteie a existência, abusando de alegorias ou de categorias de estudo (deslocados ambientais, vulnerabilizados pela mineração, atingidos pela Braskem entre outros termos), ou para que não se teçam narrativas que, ao contrário disso, venham a romantizar estas resistências, como se fossem pequenos Davis enfrentando Golias, sem demonstrar como são cansativas, contingentes, impeditivas e indignas estas lutas para quem as luta – até porque pessoas pobres e negras as vivem há muitos séculos.

É desgastante, é massacrante lutarmos por dignidade. (...)Venham conhecer! Sabe por que a gente convida tanto vocês para conhecerem? Porque vocês vão saberem que a gente não tem esgotamento sanitário, que a gente não tem comida na mesa, que a gente passa o pão que o diabo amassou, desculpe a expressão. Que a parte que ficou [a população atingida pela Braskem que não foi realocada pelo poder público] é pobre e se contamina com doenças, com mosquitos e isso não se conhece.

Seu Fernando não poderia ser mais claro em suas palavras. O que ele está descrevendo é uma situação estrutural do Brasil: o racismo. Compreende, mais claramente, o que se entende por racismo ambiental, uma prática não necessariamente que implica em intenção racista direta, mas envolve ações com desdobramento e implicações de raça, renda e hábitos culturais (Roberts; Toffolon-Weiss, 2004).

Trata-se do conceito de racismo ambiental dado por um homem conhecedor *in loco* das desvantagens de pertencer a um grupo que historicamente herda as mazelas da colonialidade, ou das diversas colonialidades que marcam e atravessam corpos

subalternizados, um padrão de poder resultante da experiência de espoliação, expropriação, desqualificação, invisibilização e desumanização engendrada por um povo que se considera superior; é a dimensão simbólica do colonialismo, que está na linguagem, da ciência ou da mídia, na forma de apresentar e conhecer o mundo, do que se acredita como válido (Ballestrini, 2013; Carneiro, 2005).

Esse povo que se considera superior instituiu e institucionalizou a ciência e o ensino no Brasil chamando a universidade de Ensino Superior, utilizando o mesmo adjunto adnominal da sua classificação hierárquica enquanto gente e nação. O resultado disso é uma Academia branca, de classismo médio a alto, que segue um currículo eurocentrado e que tende a silenciar, ou tratar com subalternidade, tudo o que está fora do padrão (de gênero, cor ou raça e classe social), mantendo práticas e discursos coloniais, abusando de todas as tecnologias sociais e de poder que a colonialidade demanda, do racismo à aporofobia. Essa Academia forma profissionais que pensam iguais a ela, na maioria das vezes. Esse povo superior também é o dono dos meios de comunicação no Brasil.

E qual é o resultado desta intelectualidade pesadamente branca, desta colonialidade, sobre os estudos de impactos socioambientais da mineração da Braskem e sobre as produções midiáticas deste crime?

São dados de pesquisa ou notícias que pouco ou nada falam do racismo e das injustiças ambientais do ponto de vista de quem os vivencia, mas que escrutinizam suas realidades e subjagam seus saberes para manterem tanto produção acadêmica, alimentando o lattes, construindo uma reputação em determinado campo do conhecimento e alcançando prestígio acadêmico, quanto manterem ou criarem audiência para discursos sensacionalistas, politiqueiros. O resultado é um afastamento entre pessoas reais e representações que ignora, em alguns momentos, princípios que são basilares para atuação da ciência e da comunicação: a transparência nos métodos e a legitimidade dos interesses, que não devem ser pessoais ou conflitivos.

Embora as discussões mais recentes sobre o crime da Braskem, na Academia ou nos meios de comunicação locais, já tratem da perspectiva de desterritorialização e relatem as diferentes cargas e danos socioambientais da mineração, usando inclusive os principais indicadores ou marcadores sociais das assimetrias brasileiras, como raça e renda, ainda assim criam um discurso distante da realidade, que não dão conta do choro

e da insônia, da pobreza, da doença e dos mosquitos, das miudezas destas histórias, que contam o tempo-espaço vivido.

As escolhas das narrativas acadêmicas, acompanhadas das narrativas midiáticas e, sobretudo, das narrativas das próprias pessoas atingidas pela Braskem, especialmente os que ganham espaço de visibilidade e dizibilidade, tendem de modo geral, a pôr um sinal de igualdade entre todos os afetados pelo genocídio social da mineração – para usar o termo da própria comunidade do Bom Parto. Não é à toa que o fenômeno social, primeiro chamado de caso Pinheiro (por conta do primeiro bairro a ter rachaduras), passou a se chamar caso Braskem, recebendo, felizmente, o nome do seu algoz (Correia; Silva, 2023).

Arrisco a dizer que em virtude dessa homogeneização discursiva os diversos coletivos de moradores e comerciantes que surgiram entre 2018 e 2019 passaram a se reconhecer como as vítimas da Braskem. Não deixo aqui de ressaltar a importância dessa identidade para a luta contra a mineradora, mas também não posso aqui deixar de mencionar que essa identidade, criada pela luta contra a mesma empresa, é um pertencimento que embota, que embaça, para aqueles que não tem olhos, a distinção social.

Desta feita, é difícil para os que não vão, não foram ao Bom Parto, para aqueles que “não lembram dos 20 mil moradores do bairro, enquanto veem videozinhos de casas abandonadas no Pinheiro”, como diz Seu Fernando, que as vítimas da Braskem, os atingidos pela mineração, divergem abruptamente em estilo de vida. As afetações - o luto, o choro, a insônia, as mortes e os adoecimentos – do povo do Bom Parto, dos Flexais e do Mutange não começaram com a Braskem, chegou ao limite inimaginável com ela. Não é que eles ficaram vulnerabilizados, eles já eram!

Ainda a respeito do peso da intelectualidade branca estudando e falando sobre as comunidades populares atingidas pela Braskem, quero refletir sobre um episódio que tumultuou o grupo de *WhatsApp* de pesquisadoras e pesquisadores, associações, movimentos sociais interessados no crime da Braskem, com 41 componentes, destes nenhum do Bom Parto, as vésperas da CPI da Braskem, no primeiro semestre do ano passado. O fato se desenrolou a partir de uma notícia de um canal de comunicação alternativa, bem-quisto pelas lideranças dos diversos movimentos de vítimas da Braskem, que publicou, às portas da participação de alguns pesquisadores da Ufal na CPI da

Braskem, a seguinte matéria: “Vítimas da Braskem questionam participação de professora contratada pela Diagonal na CPI da Braskem.

E aí instalou-se um quiprocó⁶ ético-científico: a Diagonal é uma empresa que presta serviço para a Braskem. Ela que elaborou o diagnóstico dos impactos da mineração na cidade e as possíveis soluções para a questão. Os estudos realizados embasaram o acordo entre a Prefeitura de Maceió e a mineradora - documento duramente criticado pelos movimentos de vítimas da Braskem diante da inobservância dos direitos das vítimas em relação ao seu território. Entre estes estudos estão dois relatórios desenvolvidos por uma pesquisadora da Ufal, que recebeu da Diagonal por este trabalho. Esta mesma pessoa teceu “críticas ferrenhas” à Braskem e à Diagonal em seus trabalhos e falas na mídia local, participando, inclusive, do “contradiagnóstico” elaborado pelas vítimas da Braskem e outros especialistas – palavras de uma liderança do Movimento pela Soberania Popular na Mineração. E justamente por esse comportamento foi questionada quanto ao seu comprometimento com as demandas das comunidades atingidas pela Braskem.

Esta situação foi a pedra no sapato, por uns dias, dos homens e das mulheres de ciência do grupo de *WhatsApp*, gerando opiniões divergentes. Embora a tal pesquisadora tenha firmemente alegado seu apoio às vítimas da mineração - e reiterado isso em sua fala no dia 5 de março na CPI da Braskem – a validade de seus estudos e a isenção de suas práticas e de seus pares foi colocada em xeque diante da descoberta do financiamento de uma de suas pesquisas pelo algoz de seus interlocutores. Mais que isso, penso eu, colocou em xeque a legitimidade das práticas acadêmico-científicas dos pesquisadores da Ufal, ideia que foi partilhada por alguns integrantes do grupo.

E isso faz pensar que a colonialidade, essa característica de um grupo de pessoas que se considera superior, ainda é tão forte na Academia, tão certa de si e da validade e legitimidade dos saberes que produz, que julga serem eles inatingíveis ou inabaláveis pelo simples fato de serem ciência – lá vem o Weber (2007) e a sua neutralidade axiológica novamente. Ou seja, não importa a quem se vende ou com quem se troca os recursos intelectuais, científicos, importa, nesta perspectiva, que apenas os objetos e métodos das pesquisas científicas sejam diferentes, importa que os financiamentos venham de fontes distintas, seja o CNPq, seja a Diagonal.

Considerações Finais

Alguns cientistas ignoram ou negam seu lugar na experiência humana. Tendem, inclusive a demonstrar que não são afetados pelas interações com seus interlocutores ou com as vivências que interpretam. Mas as afetações demonstram, como apontaram as vítimas da Braskem à pesquisadora que serviu a dois senhores, que elas são necessárias à confiança e ao compromisso ético, pois denotam uma posição política, indicando, desta feita, que as definições dos objetos, métodos e fontes de pesquisa não são meras escolhas vazias de sentido e significado (Bourdieu, 2007), mas nascem a partir de “saberes positivistas, cartesianos, universalizantes e dicotômicos, que afirmam a supremacia do conhecimento eurocentrado, formado pelo racismo e pelo neocolonialismo” (Meira; Miranda, 2024, p.2).

Existe, portanto, uma via de mão dupla no processo de pesquisar e comunicar pessoas: olhar o outro é se tornar visível para ele também, é constituir aí uma interlocução, e isso não é algo dado, ou imposto, é construído pela colaboração e pela afetação, sem negar ao par a sua contribuição na interpretação da sua complexidade, sem reduzi-lhe à existência do olhar, do exame e das técnicas científicas ou comunicativas, como se delas fossem dependentes para existir. E é desse processo que eu tentei tratar aqui, tanto para mostrar a necessidade de responsabilidade ética do pesquisador e da mídia, como para demonstrar a imprescindibilidade do caráter humanizador, neste caso antirracista, da pesquisa e da comunicação midiática, especialmente as voltadas para as tragédias sociais.

Referências

BALLESTRIN, Luciana. **América Latina e o giro decolonial**. Rev. Bras. Ciênc. Polít. Ago. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2025.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

CORREIA, Rosa Lucia L. da S. Correia; SILVA, Vanuza S. Memórias, lugares e territórios: discursos sobre a ruína dos bairros de Maceió (AL) atingidos pela mineração da Braskem. In: MANSUR, Máira; WANDERLEY, Luiz Jardim. **Colapso mineral em Maceió: o desastre da Braskem e o apagamento das violações**. (2023)

Disponível em: <https://emdefesadosterritorios.org/lancamento-relatorio-colapso-maceio-o-desastre-da-braskem-e-o-apagamento-das-violacoes/>. Acesso em 4 de março de 2024.

LUZ, Narcimária Correia do Patrocínio. **Decolonização e Educação: diálogos e proposições metodológicas**. Curitiba: Ed. CVR, 2013.

PAULA, Mayara A. de. Maceió e o direito à cidade: reflexões sobre racismo, patriarcado e planejamento urbano. **Revista ímpeto**, nº 09, 2019. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaimpeto/article/view/9833>. Acesso em 20 de junho de 2025.

ROBERTS, J. T.; TOFFOLON-WEISS, M. Concepções e polêmicas em tomo da justiça ambiental nos Estados Unidos. In: ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto (Org.). **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

VIANA, Nildo. **Os valores na sociedade moderna**. Brasília: Thesaurus, 2007.

WEBER, Max. **Metodologia das Ciências Sociais**. parte 2. Campinas, São Paulo: CORTEZ; Ed. da UNICAMP, 2022.